

O PROGRAMA DE AÇÃO DO GOVERNO SERRA PARA A EDUCAÇÃO: REFORMA OU CONTINUÍSMO?

Miguel Henrique Russo – UNINOVE

mhrusso@uninove.br

Celso Carvalho – UNINOVE

cpfcarvalho@uol.com.br

Resumo: O objetivo do texto é analisar as políticas de educação, em curso, no Estado de São Paulo. Realiza incursão sobre algumas medidas implantadas na rede estadual de ensino, com foco na dimensão político-pedagógica. As metas e ações do Plano de reforma são discutidas juntamente com a proposta curricular que dá suporte ao Programa denominado “São Paulo faz escola”. Para além de uma racionalidade técnica e autoritária o Programa de ação revela-se como continuidade das políticas que produziram as reformas educacionais da década de 1990.

Palavras-chave: política educacional; reforma de ensino; plano de ação

Introdução

Este texto é produto da reflexão realizada pelos autores durante o processo de construção do projeto de pesquisa “A reforma da educação no Estado de São Paulo e sua objetivação na prática escolar: dimensões curricular, avaliativa, gestonária e laboral”, em execução no Programa de Pós-Graduação em Educação -PPGE - da Universidade Nove de Julho. Tem como foco uma dimensão importante para o entendimento da política desenvolvida pelo governo do Estado, que é a identificação das fontes de inspiração da reforma do ensino em curso. Na busca daquela inspiração fixar-nos-emos na análise do percurso e no compromisso político dos reformadores como indicadores da orientação adotada pela reforma.

O governo Serra, eleito para o mandato de 2007-2010, diante dos baixos índices obtidos em seguidas avaliações pela educação pública estadual no Estado de São Paulo, decidiu, em nossa perspectiva, apresentar à sociedade uma resposta política a essa situação. Nesse sentido, entendemos que o plano de reforma do ensino em processo de implantação nas escolas mantidas pelo Estado é a materialização dessa resposta. O referido plano, gestado no âmbito da Secretaria da Educação, constitui-se de metas e ações estabelecidas sem a participação dos membros do quadro do magistério e introduz algumas idéias que têm sido construídas no seio da denominada pedagogia das competências. Com vistas a garantir a implementação da sua proposta curricular a Secretaria da Educação tem alterado normas funcionais consagradas e que contrariam os interesses das categorias do quadro do

magistério e criaram, assim, clima de desconfiança nos professores, submetidos a inúmeras mudanças em governos anteriores.

O Programa de ação do governo de Estado de São Paulo para a educação

O governo do Estado de São Paulo estabeleceu um programa de ação que visa a realização de 10 metas, até 2010. As metas estabelecidas são:

- 1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados.
- 2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série.
- 3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio.
- 4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).
- 5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais.
- 6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado.
- 7. Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries).
- 8. Programas de formação continuada e capacitação da equipe.
- 9. Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados.
- 10. Programa de obras e melhorias de infra-estrutura das escolas.¹

Segundo o anunciado pela Secretaria da Educação a implantação do Programa irá ocorrer através das 10 ações abaixo apresentadas, com seus respectivos desdobramentos:

1. Implantação do Projeto Ler e Escrever

¹ Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/> (acesso em 02.06.08)

- Universitários bolsistas atuando como professor auxiliar nas séries iniciais de alfabetização para apoiar o professor regente e aprimorar sua formação profissional no ambiente de trabalho.
- Formação continuada dos professores dentro da própria escola com uso da tecnologia da informação.
- Distribuição de material de apoio didático-pedagógico para alunos e professores.
- Avaliação bimestral dos alunos.
- Estratégia de implantação: Em 2007, na Capital. Em 2008, expansão para a Grande São Paulo, e interior em 2009.

2. Reorganização da progressão continuada

- Implantação de ciclos de dois anos no primeiro segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) a partir de 2008.
- Implantação de ciclos de dois anos no segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) a partir de 2009.
- Implantação do Boletim Eletrônico dos alunos, que poderá ser acessado pelos pais através da Internet, em setembro de 2007.

3. Currículo e expectativas de aprendizagem

- Divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para todas as séries e disciplinas do Ensino Fundamental e Médio em setembro de 2007.
- Consulta à rede e capacitação dos professores de outubro a dezembro de 2007, com a utilização da estrutura da Rede do Saber.
- Implantação das orientações curriculares no planejamento pedagógico de fevereiro de 2008.

4. Recuperação da aprendizagem

- Etapas de recuperação intensiva dos conteúdos curriculares fundamentais: ao final do 1º ciclo (2ª série), ao final do 2º ciclo (4ª série), na 8ª série e no final do Ensino Médio. Implantação: 1º. Semestre de 2008.

- Adoção de procedimentos, estratégias e ação didático-pedagógica focados na recuperação da aprendizagem e na aquisição de conteúdos e competências requeridos nas etapas seguintes da vida escolar.

5. Diversificação curricular do Ensino Médio

- A partir de uma base comum de conteúdos e competências, o estudante poderá optar por habilitações técnicas profissionalizantes. Implantação a partir de 2008.
- Oferta, a partir de 2008, da modalidade “técnico em administração” em 20% dos cursos noturnos de Ensino Médio, em parceria com o Centro Paula Souza.
- Parcerias com o setor privado para certificações parciais em computação e língua estrangeira.

6. Educação de Jovens e Adultos

- Organização do currículo em três níveis, com duração de 200 horas cada, em regime presencial para os professores e semi-presencial para os alunos.
- Organização da oferta no Ensino Médio com apoio do TELECURSO 2000 + 10 e do TELETEC, em parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Centro Paula Souza.
- Oferta de exames centralizados por meio do ENCCEJA.
- Parcerias com as prefeituras para oferta do nível I correspondendo ao primeiro segmento do Ensino Fundamental.

7. Ensino Fundamental de 9 anos

- Política de municipalização de 1ª a 4ª séries com controle de qualidade e supervisão da Secretaria de Estado da Educação, com vistas à implantação do Ensino Fundamental de nove anos, em regime de colaboração com os municípios. Implantação a partir de novembro de 2007.

8. Sistemas de Avaliação

- Realização, no próximo mês de outubro, do SARESP 2007 com avaliação das seguintes séries:

- Ensino Fundamental (1a., 2a., 4a., 6a. e 8a. séries)
- Ensino Médio: 3a. série
- A avaliação externa das escolas estaduais (obrigatória) e municipais (por adesão) permitirá a comparação dos resultados do SARESP com as avaliações nacionais (SAEB e a Prova Brasil), e servirá como critério de acompanhamento das metas a serem atingidas pelas escolas.
- Participação de toda a rede na Prova Brasil (novembro de 2007).
- Realização de programas de capacitação da rede para a participação no SARESP e na Prova Brasil, em setembro de 2007.
- Capacitação dos professores para o uso dos resultados do SARESP no planejamento pedagógico das escolas em fevereiro de 2008.
- Divulgação dos resultados do SARESP 2007 para todas as escolas, professores, pais e alunos em março de 2008.

9. Gestão dos resultados e política de incentivos

- Implantação de incentivos à boa gestão escolar valorizando as equipes.
- O SARESP 2005 e as taxas de aprovação em 2006 serão a base das metas estabelecidas por escola.
- Também serão considerados indicadores como a assiduidade dos professores e a estabilidade das equipes nas escolas.
- Cada escola terá metas definidas a partir da sua realidade, e terá que melhorar em relação a ela mesma.
- As escolas com desempenho insuficiente terão apoio pedagógico intensivo e receberão incentivos especiais para melhorarem seu resultado.
- As equipes escolares que cumprirem as metas ganharão incentivos na remuneração dos profissionais.

10. Plano de obras e investimentos

- 100% das escolas com laboratórios de informática;
- 100% das escolas com materiais de apoio ao ensino de ciências;

- 100% das salas dos professores com computadores, impressoras e ambiente de multimídia;
- Atualização e informatização de todas as bibliotecas escolares.
- Garantia de condições de acessibilidade em 50% das escolas para atender alunos portadores de necessidades especiais.
- Construção de 74 novas unidades, e reforma e ampliação de 77 escolas (417 salas de aula).
- Extinção das escolas com padrão Nakamura.
- Recuperação e cobertura de 2.315 quadras de esportes.
- Implantação de circuito interno de TV para segurança nas escolas.

²A fim de criar condições e garantir a realização das ações estabelecidas foram previstas as 5 medidas apresentadas a seguir:

- 1 Criação da função professor coordenador e seleção de 12 mil professores até dezembro de 2007.
- 2 Concurso para 300 novas vagas de supervisor de ensino e revisão de suas atribuições.
- 3 Fortalecimento do papel do diretor da escola na liderança do processo de implantação do modelo de gestão
- 4 Criação de Grupo de Trabalho para implantar o Ensino Fundamental de 9 anos
- 5 Criação de comissão organizadora do Plano Estadual de Educação.³

A Proposta Curricular

² Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/acoes.htm> (acesso em 02/06/08)

³ Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/medidas.htm> (acesso em 02/06/08)

A proposta curricular para dar suporte às metas do Programa de Ação compõe um projeto denominado “São Paulo faz escola”. Segundo se pode ler na apresentação do projeto:

“A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo está assumindo a liderança na formulação dos currículos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e de todo o Ensino Médio visando aprimorar o trabalho pedagógico e docente na rede pública de ensino, em parceria com seus professores, coordenadores, assistentes pedagógicos, diretores e supervisores.” (Secretaria da Educação, 2008)

As ações do “Projeto São Paulo faz escola” compreendem um diversificado conjunto de decisões, estabelecidas por normas legais, na esfera da organização didática das escolas, das atribuições funcionais dos seus trabalhadores e, especialmente, no estabelecimento de procedimentos didático-pedagógicos do funcionamento das escolas e do currículo. Para a difusão e implantação destas últimas foram produzidos materiais instrucionais que orientam o trabalho dos agentes escolares e dos alunos. Há, também, uma logística informacional de apoio à implementação da proposta e um cronograma de eventos para difusão e acompanhamento da mudança.

A pesquisa em curso

Dada a grande extensão que a reforma possui e os objetivos que pretende alcançar, a pesquisa coordenada pelos autores deste texto estabeleceu dois amplos eixos de investigação que são complementares.

O primeiro deles tem como tema a compreensão e análise dos pressupostos e fundamentos da reforma educacional em curso no Estado de São Paulo. Fato que implica em extensa análise documental e bibliográfica produzida, e em produção, à medida que a reforma é implantada. Esse eixo adquire grande relevância à medida que a reforma em curso no Estado de São Paulo tem como fundamento premissas que estão presentes em todo o processo reformista dos anos 1990, além do fato de estar sendo proposta e

implantada, como mostraremos mais à frente, pelos mesmos agentes políticos. Tal condição nós obriga procurar compreender se o que está sendo proposto agora é diferente, e nesse sentido, diferente em que, daquilo que foi apresentado na década de 1990. Estamos diante de uma nova concepção de currículo, de formação, de gestão, de avaliação? A reforma em curso é um processo de atualização e complementaridade do processo iniciado na década de 1990? São questões que para serem respondidas implicam na análise documental e bibliográfica, tanto no intuito de compreender o que está sendo proposto, como para se estabelecer relações com os documentos da década de 1990.

O segundo deles tem como objetivo compreender a materialização das reformas educacionais, como produto de modificações na estrutura jurídica, nos espaços em que efetivamente elas se dão, ou seja, nas escolas. Nesse sentido entendemos que o processo de efetivação das reformas somente ocorrerá se for assumido por aqueles que fazem da escola o seu cotidiano. Tais fatos, a nosso ver, justificam a necessidade de realização de pesquisas com o intuito de verificar a concretização, ou não, das reformas educacionais nas instituições escolares.

O que nos propomos a compreender pode ser sintetizado nas seguintes questões: Quais os pressupostos e fundamentos da reforma educacional em curso no Estado de São Paulo? As escolas da rede estadual de educação concretizam as propostas contidas no programa *São Paulo faz escola*? Se o fazem, como tais questões se apresentam na cotidianidade do trabalho educativo desenvolvido na instituição escolar?

O procedimento teórico-metodológico

Inicialmente três questões teórico-metodológicas são fundamentais no sentido de nos ajudar a compreender a reforma. A primeira diz respeito ao “por teleológico” (Cf. LUCKACS, 1981), isto é, o fim a ser realizado pela sua prática escolar, ou seja, as metas estabelecidas por aqueles que conceberam as mudanças devem, em tese, guiar as ações práticas dos agentes responsáveis pela consecução da reforma. É claro que esta é somente a análise daquilo que se apresenta no plano das idéias. A ação concreta dos agentes da prática é determinada, também, por outros fatores que dirigem essa ação, tanto os de natureza objetiva quanto os de natureza subjetiva. Assim, a suposta teleologia do Plano de Ação

governamental não tem sobre a prática educativa uma determinação automática e linear porque ela depende, também, dos fatores que advém das dimensões aludidas.

A segunda diz respeito à prática escolar, pois as condições gerais de trabalho e remuneração, a formação inicial e continuada recebida pelos docentes, as características sócio-econômicas dos usuários etc. estão dentre as determinações da prática escolar. É importante, neste ponto, adicionar que dentre os determinantes objetivos estão aqueles que derivam do plano de vivência cotidiana da escola, ou seja, da maior ou menor possibilidade que aquela vivência cria de os sujeitos da prática escolar superarem a alienação da cotidianidade. Os fatores subjetivos da prática derivam das dimensões pessoais e políticas que permeiam o processo escolar. As avaliações de mérito que os professores, e demais trabalhadores da escola, fazem da reforma são axiologicamente determinadas, ou seja, são dependentes dos valores que aqueles agentes têm sobre a sociedade, a educação, a escola etc., e que fazem com que eles adiram ou rejeitem as mudanças pretendidas pela reforma.

O terceiro elemento é a cultura escolar. Entendemos cultura escolar tendo como referência Dominique Julia. Segundo ele:

(...) poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e conduta a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, 2001, p. 10-11.)

Tal definição nos remete a consideração de que o destino das políticas públicas em educação está nos acontecimentos que se dão na instituição escolar e, mais precisamente, no espaço em que o trabalho educativo se materializa – o espaço escolar. Assim, mais do que buscar a compreensão do trabalho educativo nas normas é necessário dar maior atenção às práticas educativas.

Assim, o referencial teórico nos direciona para o trato da cultura escolar como resultado da cultura socialmente disseminada, mas também daquela que é própria de cada instituição escolar, o que nos impõe a necessidade de considerar a história dos processos e sujeitos que pretendemos compreender. Significa entender que as reformas educacionais

como um fenômeno ontológico, que somente se concretizam por meio de sujeitos que são históricos, que constroem seu cotidiano como instante da constituição do ser social e da materialidade.

Uma síntese histórica das políticas de educação nos governos do PSDB, no Estado de S. Paulo

As políticas aqui discutidas estão centradas em um programa de ações que dá seqüência às políticas públicas de educação inspiradas na doutrina de um partido político, o PSDB, que cumpre seu quarto mandato consecutivo no Estado de São Paulo. Assim, ele precisa ser entendido na perspectiva histórica desse período de modo que se possa apreendê-lo no movimento da reforma da educação iniciada na década de 1990.

A reforma da educação pública estadual paulista ocorreu simultaneamente à reforma da educação nacional em face da coincidência dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, no governo da União, e de Mario Covas, no governo do Estado de São Paulo, a partir de 1995. Sendo ambos filiados ao PSDB desenvolveram políticas públicas de educação de mesma inspiração político-ideológica e utilizaram as mesmas estratégias para sua implantação e justificação, além, é lógico, da articulação das ações realizadas no mesmo período. Aproveitando-se do cenário internacional favorável às reformas sócio-econômicas e políticas, em face da opção de instituir um novo modelo de regulação que atendesse às demandas da globalização e do modelo neoliberal de Estado, puderam contar com o apoio e incentivo das agências multilaterais de financiamento e formulação de políticas públicas que fomentavam reformas naquela direção (BIRD, BID, UNESCO, UNICEF).

A reforma da educação brasileira promovida pelo governo FHC, que se deu associada à reforma do Estado, e a influência das agências multilaterais já foi ampla e profundamente analisada (cf. DE TOMASI, WARDE E HADDAD, 1996; SGUISSARDI E SILVA Jr., 2001; SILVA Jr. 2002;).

No Estado de São Paulo a concepção e implementação da reforma estiveram sob o comando da secretária de educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva, que permaneceu na função durante o primeiro mandato do Governo Covas (1995-98) e parte do segundo (1999-2000), até a morte deste. Sem dúvida, foi nesse período que se implementaram as mudanças

mais profundas e que produziram maior impacto sobre a organização, a gestão e o ensino nas escolas da rede estadual paulista. Provocaram, por isso, acalorados debates na sociedade política e na sociedade civil e mereceram numerosos estudos acadêmicos (cf. CORTINA, 2000; MESSAS, 2002; SANTA CRUZ, 2008; VILELA, 2002)

Para cumprir o restante do mandato de Covas (2000-02) e um novo mandato (2003-06), assumiu o governador Geraldo Alckmim que indicou Gabriel Chalita para a Secretaria da Educação. Este dá seqüência às políticas implementadas anteriormente, ainda que utilizando um estilo de liderança muito diferente daquele da sua antecessora. A renúncia do governador para se candidatar à presidência da república resulta em nova substituição do Secretário da Educação.

Para cumprir o restante do mandato assume o vice-governador Cláudio Lembo, do PFL, que designa para Secretária da Educação Maria Lúcia Vasconcelos, estranha às questões da educação pública e que pouco produziu com vistas a superação das históricas carências da educação pública do Estado de São Paulo.

Eleito governador do Estado de São Paulo para o mandato de 2007-10, José Serra mantém por 6 meses a mesma secretária do governo que o antecedeu. Somente em 25 de julho de 2007 assume a secretária Maria Helena Guimarães de Castro, em cuja gestão se inicia uma nova fase da política para a educação pública estadual paulista, objeto da reflexão e análise deste texto.

Em 27 de março de 2009, o governo do Estado de São Paulo anunciou a substituição da secretária da educação, Profa. Maria Helena Guimarães de Castro, pelo Prof. Paulo Renato Souza, a partir de 15/04/09. Em nota oficial o governo anunciou a continuidade das políticas até aqui implementadas no campo da educação pública.

As novas propostas para a educação pública em São Paulo e seus agentes

A substituição da ocupante da função de Secretária da Educação do Estado de São Paulo, ocorrida na gestão do governador Serra veio acompanhada de mudanças que, pela natureza e concepção das idéias centrais que as fundamentam, são provocativas para uma reflexão crítica sobre a política educacional em curso. Com essa perspectiva realizamos,

neste texto, uma incursão sobre algumas medidas recentemente anunciadas e implementadas na rede estadual de ensino, com foco na dimensão político-pedagógica.

Contribui para entender as novas diretrizes conhecer a trajetória política recente dos agentes centrais da reforma em andamento e aqui analisada. A Profa. Maria Helena Guimarães de Castro é professora afastada do IFCH da Unicamp e de há muito vem ocupando cargos em governos do PSDB. No início dos anos 90 foi Secretária da Educação do Município de Campinas, no governo Magalhães Teixeira, do PSDB. No período de 1995-2002, ocupou inúmeros cargos no MEC, como uma das principais colaboradoras do ministro Paulo Renato Souza, no governo FHC. Desde então, ocupou cargos de Secretária de Estado em pastas dos governos de São Paulo e Distrito Federal, todos do PSDB. Como se pode inferir a secretária é membro destacado do grupo de elite dos educadores do PSDB. Com essa experiência em cargos políticos no aparelho de estado, chegou para dirigir a educação no Estado de São Paulo.

Já a coordenadora geral da proposta curricular para o Ensino Fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio, Projeto “São Paulo faz escola”, Profa. Dra. Maria Inês Fini, é docente aposentada da Faculdade de Educação da UNICAMP que, também, ocupou cargos de relevância no MEC, durante o governo FHC, como colaboradora do ministro Paulo Renato Souza. Dentre as funções exercidas pela Profa. Maria Inês Fini uma importante de ser lembrada é a de diretora do INEP onde coordenou o processo de implantação do ENEM, em face da proposta de ser um exame construído segundo uma matriz de competências e habilidades estabelecidas como aquelas que todos os concluintes do ensino médio deveriam possuir.

O projeto “São Paulo faz escola” tem dentre seus consultores vários especialistas e educadores que ocuparam funções em governos do PSDB ou com vínculos com políticas desenvolvidas pelo partido no poder no Estado de São Paulo. Dentre eles estão os professores Zuleika de Felice Murrie, Guiomar Namó de Melo, Luiz Carlos de Menezes e Lino de Macedo.

Por fim, não se pode deixar de registrar que o recém empossado secretário estadual de educação Paulo Renato Souza, em substituição à professora Maria Helena Guimarães de Castro, foi ministro da educação durante os oito anos de governo FHC e tem sido o principal nome do partido dentre seus educadores. Na década de 1980, foi reitor da

UNICAMP e Secretário da Educação do Estado de São Paulo. É atualmente deputado federal licenciado.

Reflexão sobre alguns fundamentos da nova proposta curricular da SE-SP

Como já destacamos na introdução, em face do estágio inicial de implementação da nova proposta curricular, este texto realiza uma reflexão sobre alguns aspectos manifestamente polêmicos e reveladores de intencionalidades não explícitas no discurso dos seus formuladores. A seguir destacamos alguns daqueles aspectos:

a) Adoção de um currículo fechado e único para toda a rede escolar.

Parece discutível essa decisão em face do estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Anunciada como uma lei flexível, a LDB regulamenta princípios constitucionais para a educação nacional como o da “pluralidade de concepções pedagógicas”, da autonomia da escola para produzir sua proposta pedagógica, da gestão democrática, da participação dos professores e da comunidade (colegiados) na concepção do projeto político-pedagógico.

b) Utilização de material instrucional padronizado e conseqüente uniformização dos conteúdos e procedimentos em todas as escolas da rede e padronização do trabalho docente.

Em face de tudo o que se escreveu anteriormente, parece ser questionável essa disposição. E mais, por impor uma sistemática empobrecedora do trabalho docente subtrai deste a possibilidade de concepção e organização do seu trabalho, reduzindo o professor a reprodutor de uma proposta concebida e desenvolvida externamente, por terceiros, e que assim desconsidera a singularidade de cada escola.

c) Uso dos resultados da avaliação da aprendizagem escolar dos alunos como critério para concessão de bônus salarial aos trabalhadores docentes e gestores da escola.

É o uso explícito do incentivo monetário, típico das formas de remuneração por produção das empresas capitalistas, na motivação do trabalho escolar. Com isso introduz-se uma variável estranha ao processo de produção pedagógico escolar e que pode produzir distorções graves nos resultados finais, ou seja, é possível um desvirtuamento da função avaliativa no processo escolar que pode, assim, perder sua função pedagógica e assumir um papel mercantil.

d) A adoção de escala numérica para expressar o resultado do aproveitamento escolar dos alunos.

Foi um retrocesso somente explicável pelo interesse de acompanhar, controlar e comparar o desempenho das escolas da rede. Desde a metade da década de 1970, no processo de implantação da Lei 5692/71, a rede pública estadual de São Paulo havia abandonado a escala numérica para expressar o resultado da avaliação substituindo-a por menções, às quais corresponderiam graus diferentes de realização de objetivos educacionais estabelecidos para cada área, disciplina e atividade do currículo, mais adequados para avaliar o processo educativo escolar.

Ainda que, na prática, os professores, na sua maioria, nunca tenham aplicado adequadamente a escala de menções, na medida em que associavam-na a uma escala numérica, matematizando o raciocínio como ocorre na medição de uma grandeza física, o retorno à escala numérica é um retrocesso na compreensão da natureza do ensino-aprendizagem.

Além disso, a justificativa apresentada pela Secretaria da Educação para a padronização foi a de que havia na rede 23 escalas diferentes sendo utilizadas, após a concessão de autonomia para as escolas elaborarem seus Regimentos Escolares. Ora, tal constatação deveria ser tomada como auspiciosa e reveladora de certo experimentalismo enriquecedor da rede e superadora da esclerosada homogeneidade burocrática.

Assim, em nosso entendimento, as novas diretrizes e propostas curriculares implantadas na rede escolar mantida pelo Estado de São Paulo revelam-se conflitantes, portanto ilegais, com princípios constitucionais e legais da educação brasileira.

A LDB é enfática na garantia da existência de “pluralidade de idéias e de concepções pedagógicas”, “na autonomia da escola” a quem incumbe a construção de sua proposta pedagógica, na “participação dos professores e demais profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola” e na responsabilidade dos sistemas de ensino de “assegurar progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas”.

No seu conjunto - adoção de currículo único e fechado; utilização de material instrucional padronizado; acompanhamento dos resultados por supervisão cerrada através da avaliação; uso dos resultados da avaliação como critério para concessão de vantagens

salariais (bônus); utilização de incentivo monetário para aumento da produtividade do trabalho – as mudanças revelam o uso de uma racionalidade técnica e autoritária que não encontra fundamento para o processo democrático de formação humana, para a autonomia da escola na construção do seu projeto político-pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional do professores.

No que diz respeito aos Professores Coordenadores, a atribuição da quase exclusiva responsabilidade “por planejar como as escolas cumprirão as metas de desempenho e como elevarão o nível de aprendizagem dos alunos”, parece colocar muita responsabilidade no ocupante de uma função que historicamente não teve suas atribuições e competências determinadas com clareza e cujos ocupantes sempre desempenharam tarefas que nada tinham com a de coordenação pedagógica. Em face das carências das escolas públicas e das demandas burocráticas, os professores coordenadores, ou de denominações equivalentes, supriam as necessidades de auxiliares de direção em tarefas que claramente caracterizavam um desvio de função. Além disso, em decorrência do novo perfil requerido pela função haverá a necessidade de formação específica para que os professores se apropriem dos conhecimentos que fundamentam a prática de coordenação do esforço humano coletivo no processo de produção pedagógico escolar.

Dessa forma, e levando em conta os argumentos já expostos ao longo do texto, é lícito questionar o acerto das medidas que compõe a denominada *Nova Agenda* para a Educação Pública, em fase de implantação pelo Governo de Estado de São Paulo. Não se trata de condenar a iniciativa de ações concretas com vistas a modificar o quadro dramático da educação básica brasileira, e paulista em particular, mas a de questionar a eficácia da orientação imposta às políticas educacionais que repetem e aprofundam medidas de inspiração neoliberal que se revelaram incapazes de produzir mudanças na realidade escolar e de argüir a administração pública autoritária que produz soluções mágicas, formuladas nos gabinetes de pseudo-iluminados que dispensam a audiência e a adesão daqueles que terão a responsabilidade de realizá-las e de quem pagará a conta pelo eventual fracasso das mesmas. O autoritarismo da política em análise transparece quando se confronta com o texto da legislação educacional vigente e com o discurso de descentralização do sistema escolar e progressiva autonomia das unidades, pronunciado pelos mesmos atores do partido no poder, quando produziram as reformas educacionais da década de 1990.

Considerações gerais e finais

No que acima foi apresentado, constata-se que a reforma educacional atualmente em curso no Estado de São Paulo, patrocinada pelo governo Serra, está sendo comandada por agentes políticos que estiveram no centro do poder que produziu a reforma da educação nacional na década de 1990.

Outra constatação é a da descontinuidade das políticas educacionais havidas ao longo dos quatro mandatos sucessivos de um mesmo partido, o PSDB. Ainda que inspirados pelos mesmos princípios doutrinários, os governos estaduais de São Paulo se mostraram portadores de propostas práticas diferenciadas para por em ação as reformas educacionais consideradas importantes e necessárias para as mudanças sociais defendidas pelo partido. Assim, após a implantação de mudanças de clara inspiração neoliberal, no primeiro governo Covas, nota-se uma inflexão nestas em decorrência da mudança de governo. Assim é que no governo Alckmin se abandonam algumas das políticas anteriormente tidas como nucleares e se adota uma orientação menos clara quanto aos objetivos e menos conflituosa com os interesses dos profissionais da educação.

De qualquer forma, é importante registrar que os resultados das avaliações educacionais, realizadas pelo governo federal e pelo próprio governo estadual, revelam que aquelas políticas não foram capazes de alterar os parcos resultados alcançados pelos alunos da escola pública estadual de São Paulo nas provas daqueles sistemas avaliativos. Assim, como já destacamos na introdução, o governo Serra toma posse com a intenção e o compromisso de produzir transformações nos resultados educacionais posto que é o provável candidato da oposição nas eleições presidenciais de 2010.

Ora, isto explica o açodamento na produção e implantação da proposta sem que se desse voz aos trabalhadores da escola responsáveis pela implementação do Programa de Ação, concebido sem sua participação e imposto sem discussão pelas autoridades governamentais. Explica, também, a utilização das estratégias já discutidas para produzir, até o resultado do SARESP de 2010, índices que possam se utilizados eleitoralmente pelo partido e pelo provável candidato sem que eles reflitam qualquer melhoria efetiva na qualidade da educação pública.

As políticas aqui analisadas repetem a lógica já anteriormente utilizada pelo governo federal quando produziu as Diretrizes Curriculares, isto é, de fixar o currículo e articular a ele a avaliação e, em função do resultado desta, os recursos (bônus). Esta é a operacionalização da lógica liberal de tratar melhor quem já é melhor, isto é, valorizar quem já é privilegiado.

Finalmente, cremos que é lícito concluir que o Programa de Ação em análise neste trabalho é continuidade das políticas do governo federal na década de 1990 porque repete a mesma lógica, ainda que com diferenças táticas e adaptadas à nova condição de executantes do modelo de educação por eles concebida.

Bibliografia.

CORTINA, Roseana Leite. *Política Educacional Paulista no Governo Covas (1995-1998): uma avaliação política sob a perspectiva da modernização*. São Paulo: 2000 (Tese de Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo,

De TOMASI, Livia; WARDE, Miriam.; HADDAD, Sergio. (orgs.) *O banco mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez; PUC; Ação Educativa, 1996.

HADDAD, Sergio (org.) *Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Actionaid, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LUKÁCS, György. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981.

MESSAS, Júlia Cristina Alves e. *Circuito Gestão: seus sentidos e implicações para a formação e as práticas dos profissionais da educação*. Marília, SP: 2002 (Dissertação de Mestrado), FFCLetras da UNESP.

MURRIE, Zuleika de Felice. *Caderno do Gestor. Gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEE, 2008. (v. 1)

SANTA CRUZ, Sonia M. de S. *O programa de educação continuada dos gestores da educação pública paulista no contexto das reformas educacionais dos anos de 1990*. São Paulo: 2008 (Dissertação de Mestrado), Universidade Nove de Julho.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008 - <http://www.educacao.sp.gov.br/> . Acesso em 02/06/2008.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008 – Proposta Curricular do Estado de São Paulo – São Paulo faz escola. http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGSCURSO/sigscFront/default.aspx?SITE_ID=25&SECAO_ID=595. Acesso em 03/06/2008.

SGUISSARDI, Valdemar.; SILVA JR., João. dos R. *As novas faces da educação superior no Brasil – reformas do estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez; Ed. USF, 2001.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do banco Mundial*, Campinas: Autores Associados, 2002.

SILVA JR. João dos R. *Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

VILELA, Luciane Ribeiro. *Uma análise de políticas educacionais o ensino paulista na década de 90*. Campinas: 2002 (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Educação da UNICAMP.

VIRIATO, Edaguimar orquizas. *Política Educacional do Estado: A desconstrução da escola pública*. São Paulo: PUC-SP, 2001. Tese de Doutorado (em Educação).